



TERMO DE REFERÊNCIA

Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para
Servidores Municipais.

Secretaria Municipal de Administração.
Secretaria Municipal de Saúde.
Secretaria Municipal de Educação.

Marau, 14 de maio de 2026.



1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Da (s) Secretaria (s) Coordenadora (s): A Secretaria Municipal de Administração será a coordenadora desta contratação.

1.2. Da (s) Secretaria (s) Participante (s): Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação.

1.3. Da previsão da contratação no Plano Anual de Contratações: O objeto da presente contratação está previsto no Plano Anual de Contratações (PAC) de 2026. Ademais, tratando-se de Registro de Preços, suas despesas serão suportadas pelas dotações orçamentárias indicadas a cada ordem de entrega emitida.

1.4. Os quantitativos registrados constituem mera estimativa de consumo, não gerando obrigação de contratação integral por parte do Município.

1.5. Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

2. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente Licitação o Registro de Preços, visando futuras *aquisições de Equipamentos de Proteção Individual para Servidores Municipais*.

2.2. O quadro abaixo apresenta os itens e quantidades previstas para contratação no período de **12 (doze) meses**, ressaltando que não há a obrigatoriedade por parte da Administração em adquirir o quantitativo informado, constituindo uma mera estimativa.

| Item | UN | Quant. | Código | Descrição do Produto/Serviço |
|------|----|--------|-------------|---|
| 1 | UN | 100 | 001.008.039 | Boné, cor cinza escuro, tecido uniforte, parte traseira com telinha, que proporciona mais conforto, uma vez que permite a passagem de ar não esquentando tanto a cabeça, bordado o Brasão da Prefeitura, na frente. |
| 2 | UN | 4 | 001.007.002 | Calça de segurança, anti-chamas Classe II, tecido 100% algodão 260 g/m², com características de retardo a chamas, com bolsos, cor cinza, bordado o Brasão do Município no bolso, com faixa refletiva e tratamento |



| | | | | |
|---|----|-----|-------------|--|
| | | | | retardante a chamas, metade elástico e metade passador, com fechamento em velcro, costura com linha antichamas, com CA. |
| 3 | UN | 20 | 001.007.142 | Calça tecido 100% algodão, gramatura mínima de 260g/m2, cor branca, com bolsos, 100 % elástico, bordado o brasão da Prefeitura no bolso da frente esquerdo. |
| 4 | UN | 150 | 001.101.001 | Calça tecido 100% algodão, gramatura mínima de 260g/m2, cor cinza escuro, com cinco bolsos, 100% elástico e com faixas refletivas na cor laranja nas pernas. |
| 5 | PR | 20 | 001.008.268 | Calçado de proteção tipo Bota, cano Tipo D, confeccionado em EVA (Etil Vinil Acetato), impermeável, biqueira de composite, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na área do salto, à isolamento contra o frio, à proteção contra produtos químicos e à isolamento elétrica, com CA. Nas cores preta ou branca. |
| 6 | PR | 50 | 001.101.002 | Calçado de Segurança tipo Sapato, confeccionado em couro curtido ao cromo. Forro e palmilha de montagem confeccionados em material de não tecido, com fechamento através de elástico. Solado injetado de PU (Poliuretano), bidensidade, preto, masculino e feminino, sem biqueira, com selo de conforto para grandes deambulações e CA. |
| 7 | UN | 60 | 001.008.231 | Calçado de segurança, tipo tênis, fechado na parte do calcanhar e na parte superior, confeccionado em EVA nas cores preta ou branca, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol, resistente ao óleo combustível e à absorção de energia na região do salto com CA. |
| 8 | UN | 60 | 001.101.014 | Calçado ocupacional, tipo botina, confeccionado em couro tipo vaqueta, com fechamento através de elástico |



| | | | | |
|----|----|-----|-------------|--|
| | | | | nas laterais, lingueta acolchoada, forro da gáspea em material não tecido, palmilha de montagem em não tecido fixada no sistema strobel. Solado de borracha nitrílica com entressola de efeito anti-impacto, resistência a óleo, calor por contato e ao escorregamento, com CA. |
| 9 | PR | 150 | 001.008.300 | Calçado ocupacional, tipo botina, confeccionado em vaqueta hidro fugada, fechamento em elástico, palmilha interna removível e lavável, solado em PU bi densidade injetado direto no cabedal, antiderrapante, com biqueira com material diverso de aço/metall, resistente a óleos combustíveis e com absorção de energia na área do salto, com qualidade similar ou superior a conforto, com certificado de aprovação. CA. |
| 10 | PR | 100 | 001.101.013 | Calçado ocupacional, tipo sandália unissex, confeccionado em couro tipo vaqueta integral, curtida ao cromo, estampa relax, com fechamento através de velcro, forro da gáspea em material não tecido, palmilha de montagem não tecido fixada no sistema strobel, solado injetado PU bidensidade, antiderrapante e com resistência a óleo combustível, forração interna em tecido 100% poliester, que possui característica de rápida dessorção de suor, permite a respirabilidade e conforto ao pé, biqueira em resina plástica.com CA. |
| 11 | PR | 110 | 001.006.120 | Calçados de segurança, tipo Bota impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de vinila) injetado; cano Tipo D, classe II; cano longo 35cm, solado com propriedades antiderrapante, na cor preta ou branca, resistente à óleo combustível, com CA. |
| 12 | UN | 4 | 001.101.003 | Camisa de segurança, anti-chamas Classe II, tecido 100% algodão, com características de retardo a chamas, com bolsos, cor cinza, serigrafado o Brasão do Município na frente, com faixa refletiva e tratamento retardante a chamas, com fechamento de botão e costura com linha antichamas, com CA. |
| 13 | UN | 50 | 001.007.152 | Camisa uniforme (MOTORISTA), cor azul marinho, |



| | | | | |
|----|----|-----|-------------|--|
| | | | | material malha Piquet, tipo manga curta, sem punho, tipo colarinho gola polo, com serigrafia do brasão do município no lado esquerdo. |
| 14 | UN | 50 | 001.007.151 | Camisa uniforme (MOTORISTA), cor verde militar, material malha Piquet, tipo manga curta sem punho, tipo colarinho gola polo, com serigrafia do brasão do município no lado esquerdo. |
| 15 | UN | 20 | 001.007.102 | Camiseta, cor branca, manga curta, em 65% poliviscose e 35% algodão, gola redonda, com serigrafia do Brasão da Prefeitura na frente. |
| 16 | UN | 30 | 001.007.103 | Camiseta, cor branca, manga longa, em 65% poliviscose e 35% algodão, gola redonda, com serigrafia do Brasão da Prefeitura na frente. |
| 17 | UN | 80 | 001.008.269 | CCamiseta, cor cinza, manga curta, em 65% poliviscose e 35% algodão, gola redonda, com serigrafia do Brasão da Prefeitura na frente. |
| 18 | UN | 100 | 001.008.275 | Camiseta, cor cinza, manga longa, em 65% poliviscose e 35% algodão, gola redonda, com serigrafia do Brasão da Prefeitura na frente. |
| 19 | UN | 270 | 001.008.316 | Capa de chuva, confeccionada em PVC com forro de poliéster, costuras através de solda eletrônica, com mangas longas, capuz, fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão, com CA - EPIs para as ACS |
| 20 | UN | 50 | 001.007.147 | Capa de Segurança, tipo capa de chuva, conjunto de calça e camisa, confeccionados em tecido Nylon emborrachado, com uma face em poliamida e a outra em PVC, sendo as emendas através de costuras impermeabilizadas, camisa com fechamento frontal, capuz fixo ajustado por cadarços com regulador e ponteiros em PVC, punhos ajustados por elástico e calça ajustada na cintura com elástico e com cadarço de Nylon, com terminais em PVC, com CA. |
| 21 | UN | 20 | 001.008.295 | Capacete de segurança com casco tipo Aba Frontal, com Protetor auricular acoplado tipo concha, constituído por duas conchas em plástico, revestidas |



| | | | | |
|----|----|-----|-------------|---|
| | | | | com almofadas de espuma em suas laterais, composto por uma haste de fixação móvel, para manter as conchas firmemente presas ao capacete, Carneira plástica, regulagem de tamanho e tira absorvedora de suor em espuma coberta de material sintético, confeccionada em tira de tecido sintético e fixada na carneira com fechamento com velcro. Tira jugular acoplada ao casco, através de dois ou três orifícios nas versões elástica ou em tecido. Cor branco. Com CA. |
| 22 | UN | 50 | 001.008.270 | Cartucho químico composto de recipiente plástico, contendo carvão ativado tratado. Para ser utilizado com o respirador da marca: 3m 6003 CA 4115 |
| 23 | UN | 280 | 001.101.004 | Chapéu tipo pescador com proteção de pescoço fixa, protege dos raios solares, com botões de pressão nas laterais das abas e no protetor de pescoço, tamanho único e ajustável a qualquer cabeça ficando preso (com jugular), feito em 100% poliéster com forro, resistente e reforçado, aba mínima de 8cm, com serigrafia do Brasão da Prefeitura na frente, cor cinza escuro. |
| 24 | PR | 5 | 001.008.016 | Coturno de segurança, confeccionado em vaqueta, cadarço, sem biqueira de aço, solado em poliuretano injetado direto no cabedal, bidensidade bicolor, para proteção em áreas de risco elétrico, com CA. |
| 25 | UN | 50 | 001.008.302 | Filtro mecânico para proteção contra poeiras, névoas e fumos. Para uso simultâneo com cartuchos químicos. Classe P2. Para ser utilizado com o respirador p Marca: 3M 6003 CA 4115. |
| 26 | UN | 180 | 001.008.330 | Guarda chuva personalizado, com cabo curvo de madeira, 8 varetas duplas reforçadas, em fibra de carbono, tamanho mínimo 1,00 M de diâmetro, automático, tecido poliéster pongee 190T, colorido, proteção UV na cor laranja que será conferida com fornecedor final (deverá ser apresentada, pela empresa vencedora, cartela de cores para a definição do tom antes da confecção), escritas/impressão coloridas em até dois gomos - EPIs para as ACS |



| | | | | |
|----|----|-----|-------------|---|
| 27 | UN | 50 | 001.101.005 | Jaleco em Tecido Seletel, 3/4 cor cinza escuro, manga curta, com gola, bolso com fechamento em velcro, zíper reforçado, com abertura na parte inferior das costas, logo do Município estampado com sublimação no lado esquerdo do peito medindo 8cm de largura por aproximadamente 8cm de altura. |
| 28 | UN | 100 | 001.007.153 | Jaleco unissex, tecido gabardine, cor a definir (colorido), gola tradicional, manga longa, comprimento 7/8, com recortes frontais e fechamento com 5 botões, 02 bolsos frontais (sobrepastos), transversal, medindo aproximadamente 18cm larg. X 20cm alt., costas com cinto (preso) e abertura de aproximadamente 15cm (parte inferior), bordado com o Brasão do Município lado esquerdo do peito e Secretaria Municipal de Saúde - Marau/RS, medindo aproximadamente 6 x 6cm. |
| 29 | UN | 15 | 001.007.154 | Jaleco unissex, tecido gabardine, estampa infantil, gola tradicional, manga longa, comprimento 7/8, com recortes frontais e fechamento com 5 botões, 02 bolsos frontais (sobrepastos), transversal, medindo aproximadamente 18cm larg. X 20cm alt., costas com cinto (preso) e abertura de aproximadamente 15cm (parte inferior), bordado com o Brasão do Município lado esquerdo do peito e Secretaria Municipal de Saúde - Marau/RS, medindo aproximadamente 6 x 6cm. |
| 30 | UN | 20 | 001.101.006 | Jaleco, tecido 100% algodão, gramatura mínima de 260g/m2, manga longa, cor branco, serigrafado Brasão da Prefeitura na frente, com bolsos. |
| 31 | UN | 50 | 001.101.007 | Jaleco, tecido 100% algodão, gramatura mínima de 260g/m2, manga longa, cor cinza escuro, serigrafado Brasão da Prefeitura na frente, com bolsos e faixas refletivas na cor laranja nas mangas. |
| 32 | UN | 100 | 001.007.099 | Jaleco, tecido Lótus (antibacteriano), antiodor, na cor branca, gola padre, manga longa com elástico, comprimento 7/8, com recortes frontais e fechamento com 5 botões, 02 bolsos frontais (sobrepastos), transversal, medindo aproximadamente 18cm larg. X |



| | | | | |
|----|----|------|-------------|---|
| | | | | 20cm alt., costas com cinto (preso) e abertura de aproximadamente 15cm (parte inferior), bordado com o Brasão do Município lado esquerdo do peito e Secretaria Municipal de Saúde - Marau/RS, medindo aproximadamente 6 x 6cm. |
| 33 | UN | 100 | 001.007.098 | Jaleco, tecido Lótus (antibacteriano), antiodor, na cor branca, gola tradicional, manga longa, comprimento 7/8, com recortes frontais e fechamento com 5 botões, 02 bolsos frontais (sobrepastos), transversal, medindo aproximadamente 18cm larg. X 20cm alt., costas com cinto (preso) e abertura de aproximadamente 15cm (parte inferior), bordado com o Brasão do Município lado esquerdo do peito e Secretaria Municipal de Saúde - Marau/RS, medindo aproximadamente 6 x 6cm. |
| 34 | UN | 5 | 001.007.150 | Japona de segurança confeccionada em nylon, cor branca, semi-impermeabilizado, manta térmica interna em poliéster, bolsos frontais, capuz acoplado, fechamento por botões niquelado e velcro, indicado para proteção do tronco e membros superiores do usuário contra agentes térmicos (frio), para temperatura ambiente abaixo de -5°C, com CA. |
| 35 | UN | 10 | 001.007.114 | Jaqueta tecido nylon paraquedista, forrada, cor preta, fechamento duplo e em zíper, punho reto e com ajuste em botão pressão, 02 bolsos, com zíper na manga que vira colete, bordado com o brasão da Prefeitura Municipal e o logo da Vigilância em Saúde, na frente. |
| 36 | UN | 100 | 001.007.163 | Jaqueta tecido nylon paraquedista, forrada, cor preta, fechamento duplo e em zíper, punho reto e com ajuste em botão pressão, bordado o Brasão da Prefeitura, na frente. |
| 37 | PR | 1000 | 005.002.428 | Luva para limpeza. Composição;/ borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393. Tamanho M |
| 38 | PR | 200 | 005.002.427 | Luva para limpeza. Composição;/ borracha de látex |



| | | | | |
|----|----|-----|-------------|--|
| | | | | natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393. Tamanho P |
| 39 | PR | 200 | 001.008.148 | Luva de Látex natural, cor azul, revestida internamente com verniz (clorinada), palma da mão e dedos antiderrapante, antialérgica, proteção das mãos do usuário contra riscos de produtos químicos tais como: - Classe A - Tipo 2: agressivos básicos; - Classe B - detergentes, sabões, amoníacos e similares; - Classe C - Tipos 2/3/4/5/6/8: solventes orgânicos, hidrocarbonetos aromáticos, álcoois, éteres, cetonas, ácidos orgânicos e ésteres, ergonômica, validade mínima de 12 meses na data da entrega, com CA (Certificação de Aprovação) válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Tamanho G. Embalagem individual em saco plástico, contendo os dados de identificação, nº do lote e procedência, bem como a data de fabricação e validade. |
| 40 | PR | 700 | 001.008.149 | Luva de Látex natural, cor azul, revestida internamente com verniz (clorinada), palma da mão e dedos antiderrapante, antialérgica, proteção das mãos do usuário contra riscos de produtos químicos tais como: - Classe A - Tipo 2: agressivos básicos; - Classe B - detergentes, sabões, amoníacos e similares; - Classe C - Tipos 2/3/4/5/6/8: solventes orgânicos, hidrocarbonetos aromáticos, álcoois, éteres, cetonas, ácidos orgânicos e ésteres, ergonômica, validade mínima de 12 meses na data da entrega, com CA (Certificação de Aprovação) válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Tamanho M. Embalagem individual em saco plástico, contendo os dados de identificação, nº do lote e procedência, bem como a data de fabricação e validade. |
| 41 | PR | 300 | 001.022.013 | Luva de Látex natural, cor azul, revestida internamente com verniz (clorinada), palma da mão e dedos |



| | | | | |
|----|----|------|-------------|---|
| | | | | antiderrapante, antialérgica, proteção das mãos do usuário contra riscos de produtos químicos tais como: - Classe A - Tipo 2: agressivos básicos; - Classe B - detergentes, sabões, amoníacos e similares; - Classe C - Tipos 2/3/4/5/6/8: solventes orgânicos, hidrocarbonetos aromáticos, álcoois, éteres, cetonas, ácidos orgânicos e ésteres, ergonômica, validade mínima de 12 meses na data da entrega, com CA (Certificação de Aprovação) válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Tamanho P. Embalagem individual em saco plástico, contendo os dados de identificação, nº do lote e procedência, bem como a data de fabricação e validade. |
| 42 | PR | 300 | 001.022.211 | Luva para limpeza. Composição;/ borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393. Tamanho G |
| 43 | CX | 500 | 005.002.385 | Luva de látex para procedimento hospitalar, tamanho G, caixa com 100 UN, descartável, não estéril, confeccionada em látex natural, ambidestra, punhos longos, com bainha, formato anatômico, alta sensibilidade tátil, boa elasticidade e resistência, isenta de quaisquer defeitos, lubrificadas com pó bioabsorvível, com talco, com CA (Certificação de Aprovação) válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Embalagem contendo externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação e validade, tamanho, nº. do lote e quantidade. |
| 44 | CX | 2000 | 005.002.384 | Luva de látex para procedimento hospitalar, tamanho M, caixa com 100 UN, descartável, não estéril, confeccionada em látex natural, ambidestra, punhos longos, com bainha, formato anatômico, alta sensibilidade tátil, boa elasticidade e resistência, isenta de quaisquer defeitos, lubrificadas com pó |



| | | | | |
|----|----|-----|-------------|--|
| | | | | bioabsorvível, com talco, com CA (Certificação de Aprovação) válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Embalagem contendo externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação e validade, tamanho, nº do lote e quantidade |
| 45 | CX | 500 | 005.002.383 | Luva de látex para procedimento hospitalar, Tamanho P, caixa com 100 UN. descartável, não estéril, confeccionada em látex natural, ambidestra, punhos longos, com bainha, formato anatômico, alta sensibilidade tátil, boa elasticidade e resistência, isenta de quaisquer defeitos, lubrificadas com pó bioabsorvível, com talco, com CA (Certificação de Aprovação) válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Embalagem contendo externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação e validade, tamanho, nº. do lote e quantidade. |
| 46 | PR | 500 | 001.101.009 | Luva de segurança confeccionada com fibras naturais e fibras sintéticas (poliéster), revestimento antiderrapante de látex natural corrugado na palma da mão, face palmar e ponta dos dedos, punho com inserções de fibras elásticas e acabamento em fibras sintéticas, com CA. |
| 47 | UN | 100 | 001.006.126 | Luva de segurança confeccionada em fios de poliamida (nylon), sem costura, revestimento na palma, face palmar e dorso até a parte do punho em borracha nitrílica, cor preta, formato anatômico, acabamento do punho em overloque. Possui propriedades eletrostáticas. Protege sem perder o tato e permite o manuseio de objetos úmidos, com CA. |
| 48 | UN | 5 | 001.008.237 | Luva de segurança confeccionada em malha de aço inoxidável atóxico, de cinco dedos, punho curto, bracelete ajustável através de presilhas, para uso com facas e objetos cortantes em áreas de alimentos, com CA. |



| | | | | |
|----|----|-----|-------------|---|
| 49 | PR | 500 | 001.101.008 | Luva de segurança confeccionada em malha de algodão com banho látex natural, cor verde, punho em malha, corrugada na palma, espessura 1.4mm, com CA. |
| 50 | UN | 150 | 001.006.128 | Luva de segurança confeccionada em nitrila, revestimento interno em flocos de algodão e relevo antiderrapante na palma e ponta de dedos, punho longo mínimo de 40 cm, proteção das mãos contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e agentes químicos (alcoois primários e hidrocarbonetos aromáticos), nitrílica 45, com CA. |
| 51 | PR | 200 | 001.008.182 | Luva de segurança tricotada com fios de algodão e poliéster, cor preta, reversível e sem costura, punho com elástico, revestidas na palma da mão com pigmentos em PVC, com CA. |
| 52 | PR | 100 | 001.008.250 | Luva de segurança, confeccionada em couro (vaqueta) na palma e dorso, com reforço na palma, punho 15cm em raspa, para a proteção contra agentes pontiagudos e escoriantes (entulhos), com CA. |
| 53 | CX | 50 | 005.002.674 | Luva para procedimento Nitrílica, fabricada em borracha sintética, livre de látex, Atóxica e Apirogênicas, sem talco, descartável e de uso único, não estéril, ambidestra, com CA - Caixa com 100 UN, contendo externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação e validade, tamanho, nº. do lote e quantidade. - Tamanho M. |
| 54 | CX | 10 | 001.006.132 | Luva para procedimento Nitrílica, fabricada em borracha sintética, livre de látex, Atóxica e Apirogênicas, sem talco/amido, descartável e de uso único, não estéril, ambidestra, cano longo, ambidestra, Caixa com 50 unidades, contendo externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação e validade, tamanho, nº. do lote e quantidade, com CA. |
| 55 | PR | 120 | 001.008.102 | Luva nitrílica, forrada, antiderrapante, isenta de látex, hipoalergênica, clorada sem forro, palma antiderrapante, formato anatômico, reutilizável, proteção contra riscos mecânicos e químicos, tais como: |



| | | | | |
|----|----|-----|-------------|--|
| | | | | Classe A - tipo 2: Agressivos Básicos; Classe B: Detergentes, Sabões, Amoníaco e Similares; Classe C - tipo 1: Hidrocarbonetos Alifáticos; tipo 2: Hidrocarbonetos Aromáticos; tipo 3: Álcoois; tipo 4: Éteres, com CA (Certificação de Aprovação) válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - Tamanho M. Embalagem individual em saco plástico, contendo os dados de identificação, nº do lote e procedência, bem como a data de fabricação e validade mínima de 12 meses na data da entrega. |
| 56 | CX | 400 | 005.002.577 | Luva para procedimento Vinil, sem talco, descartável e de uso único, não estéril, ambidestra, transparente - Caixa com 100 unidades, embalagem contendo externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação e validade, tamanho, nº. do lote e quantidade, com CA (Certificação de Aprovação) válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - Tamanho M |
| 57 | CX | 40 | 005.004.357 | Máscara descartável tripla com pregas horizontais, com elástico para fixação atrás das orelhas, confeccionados em não-tecido, 100% polipropileno, gramatura 20 a 30g, filtro BPF com eficiência superior a 96% de retenção bacteriológica, atóxica, antialérgica, clip nasal para fixação maleável e resistente, validade mínima de 24 meses na data de entrega. Registro obrigatório na Anvisa, cores variadas. - cx. com 50 unidades. |
| 58 | UN | 200 | 001.006.115 | Óculos de segurança com lentes e hastes fabricadas em policarbonato de alta qualidade, com tratamento antirrisco e antiembaçante, com proteção contra raio ultravioleta e contra luz intensa, visor cinza ou incolor, ponte e apoio nasal injetados do mesmo material, hastes tipo espátula confeccionadas do mesmo material do visor e fixadas por meio de parafusos metálicos, com CA. |
| 59 | PR | 20 | 001.101.011 | Perneira de segurança, confeccionada em raspa de couro, com fechamento lateral total em velcro, com CA. |



| | | | | |
|----|----|-----|-------------|--|
| 60 | UN | 10 | 001.010.126 | Pijama cirúrgico, tipo scrubs, calça cor azul marinho, tecido Gabardine (100% poliéster) de rápida secagem e não amassa, reta com elástico e amarração, 02 bolsos na frente, sublimado Brasão do Município no bolso esquerdo medindo 8x8 cm. |
| 61 | UN | 10 | 001.010.125 | Pijama cirúrgico, tipo scrubs, camisa cor azul marinho, tecido Gabardine (100% poliéster) de rápida secagem e não amassa. Camisa com gola em V, bolsos frontais, abertura lateral, manga curta, sublimado Brasão do Município no lado esquerdo medindo 8x8 cm. |
| 62 | UN | 100 | 001.101.012 | Protetor Auditivo tipo inserção pré-moldado, de silicone na cor laranja, formato anatômico com 3 flanges, com atenuação mínima de 15 dB(A), cordão de poliester, com CA. |
| 63 | UN | 10 | 001.008.165 | Protetor Auditivo tipo Concha, constituído por duas conchas em plásticos, com altura da concha regulável, almofadas de espuma macia nas laterais e interior, possui uma haste em plástico rígido almofadado e metal que mantém as conchas firmemente seladas contra a região das orelhas do usuário e que dá sustentabilidade às mesmas, atenuação mínima de 23 dB(A), com CA. |
| 64 | UN | 800 | 001.008.289 | Protetor solar, FP60, proteção da radiação UVA e UVB, com repelente de insetos, formulação sem óleo, frasco com capacidade mínima de 120ml, resistente a água. |
| 65 | FR | 800 | 001.008.209 | Repelente de insetos, proteção contra mosquitos, borrachudos, muriçocas, pernilongos, mosquito da dengue e da febre amarela, Spray, frasco de no mínimo 200 ml |
| 66 | FR | 800 | 001.008.331 | Repelente de insetos, proteção contra mosquitos, borrachudos, muriçocas, pernilongos, mosquito da dengue e da febre amarela, Aerossol, frasco de no mínimo 200 ml |
| 67 | UN | 10 | 001.008.304 | Respirador purificador de ar tipo peça facial inteira, com corpo moldado em silicone cinza. A peça facial possui visor constituído de material plástico rígido transparente (policarbonato), fixado ao corpo da mesma |



| | | | | |
|----|-----|-----|-------------|--|
| | | | | através de encaixe específico e de 01 (um) aro confeccionado em material plástico rígido cinza, preso por 02 (dois) parafusos metálicos. O visor é constituído de duas partes: uma parte superior lisa e uma parte inferior, que apresenta 02 (duas) aberturas em suas laterais, uma em cada lado, utilizadas para o encaixe de 02 suportes de material plástico rígido incolor, dotados, na parte dianteira, de 01 encaixe tipo baioneta e 01 anel de borracha, onde são fixados os filtros químicos, combinados e para partículas com encaixe tipo baioneta ou a base de fixação para utilização dos filtros planos para partículas. Na parte traseira de cada um dos suportes encontra-se fixada uma válvula de inalação. Na parte centro inferior do visor existe uma abertura onde se encaixa um 01 dispositivo confeccionado em material plástico rígido cinza, que serve de suporte para a válvula de exalação e que possui uma cobertura. Na parte traseira do dispositivo encaixa-se uma mascarilha, confeccionada, em elastômero sintético cinza, dotada de duas válvulas de inalação. Todas as peças possuem 01 tirante de cabeça com 04 pontos de fixação, preso às bordas delas por meio de fivelas com ajuste rápido. A armação específica pode ser confeccionada em material metálico ou em material plástico incolor ou cinza. Acompanhado de 02 cartuchos Classe 6003 (NIOSH) indicado para vapores orgânicos e gases ácidos, com 02 filtros para partículas e 02 retentores para filtros. Com CA 7298. |
| 68 | UN | 150 | 001.006.122 | Respirador Semifacial filtrantes, classe PFF3 Valvulado, para poeiras minerais, fumos e névoas, descartável, com tirantes de cabeça de elástico para sustentação da peça facial, tira metálica para ajuste sobre o septo nasal e válvula de exalação, com CA. |
| 69 | PCT | 110 | 005.004.169 | Touca descartável, tamanho 19, 45 x 50cm, sanfonada - pacote com 100 unidades |
| 70 | UN | 50 | 001.101.010 | Touca tipo árabe, tecido poliviscose, cobre a cabeça, |



| | | | | |
|----|----|----|-------------|---|
| | | | | testa, nuca e pescoço, fechado no pescoço restando, apenas a face aparente, serigrafia Brasão da Prefeitura, cor branca. |
| 71 | UN | 20 | 001.010.109 | Vestimenta de segurança tipo jardineira em tecido sintético plastificado com PVC, cor verde, impermeabilizada nas costuras através do processo solda eletrônica, alças com reguladores para ajuste, botas de PVC acopladas, com CA na Jardineira e na Bota. |
| 72 | UN | 30 | 001.006.147 | Vestimenta tipo colete refletivo Dia e Noite, cor laranja, confeccionado em tecido sintético de poliéster fluorescente, as faixas refletivas, presentes na área do tórax e em formato X nas costas, fechamento frontal em zíper e com 4 bolsos |

2.3. Da classificação/natureza do objeto: O objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme disposto no art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/2021.

2.4. Do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: O prazo de vigência da ata de registro de preços é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

2.4.1. A prorrogação desta ata de registros de preços está condicionada a:

2.4.1.1. Apresentação de relatório favorável do fiscal responsável, com ateste pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem economicamente vantajosos para a Administração.

2.4.1.2. Manifestação expressa do interesse do detentor do preço na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação, nos termos do art. 92, XVI da Lei n.º 14.133/2021.

2.4.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.

2.4.3. Caso haja formalização de contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, sua vigência será definida no respectivo instrumento contratual, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.



3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em quantidades adequadas e compatíveis com os riscos inerentes às atividades desempenhadas pelos servidores municipais constitui medida indispensável para garantir condições adequadas de segurança, saúde e integridade física no ambiente de trabalho.

Diversas atividades exercidas no âmbito da Administração Municipal envolvem exposição a agentes físicos, químicos, biológicos, mecânicos e demais riscos ocupacionais, especialmente nos serviços de obras, manutenção, limpeza urbana, atendimentos em saúde e atividades operacionais em geral. Nesse contexto, a utilização de EPIs adequados representa importante mecanismo de prevenção de acidentes de trabalho, redução de afastamentos, mitigação de riscos ocupacionais e preservação da saúde dos servidores.

A obrigatoriedade relacionada ao fornecimento e utilização desses equipamentos encontra respaldo, principalmente, na Norma Regulamentadora nº 06 (NR-06), do Ministério do Trabalho e Emprego, que estabelece diretrizes relativas à aquisição, utilização, conservação, substituição e fiscalização dos Equipamentos de Proteção Individual.

A referida norma estabelece como obrigação do empregador, dentre outras:

- *Adquirir somente EPI aprovado pelo órgão competente;*
- *Fornecer ao trabalhador, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento;*
- *Exigir seu uso;*
- *Orientar e treinar o empregado quanto à sua correta utilização;*
- *Substituir imediatamente o equipamento quando danificado ou extraviado.*

Além disso, a NR-06 determina que a seleção dos EPIs considere a atividade exercida, os riscos ocupacionais identificados, a eficácia necessária para controle da exposição, as exigências previstas em normas regulamentadoras, a adequação e conforto ao usuário, bem como a compatibilidade entre equipamentos utilizados simultaneamente.

Nesse sentido, a definição dos itens demanda planejamento técnico adequado, especialmente



quanto às especificações dos materiais, padrões mínimos de qualidade, níveis de proteção exigidos e adequação prática às atividades desempenhadas pelas diversas Secretarias Municipais.

Nos exercícios anteriores, o Município realizou procedimentos licitatórios destinados ao fornecimento de EPIs, mediante prévio levantamento das demandas e definição das especificações técnicas necessárias ao atendimento das atividades desenvolvidas pela Administração Municipal. Contudo, as Atas de Registro de Preços decorrentes das contratações anteriores encontram-se encerradas ou em fase final de vigência, tornando necessário o planejamento de nova contratação para garantir a continuidade do fornecimento ao longo do exercício de 2026.

Além disso, trata-se de demanda contínua e recorrente, considerando que diversos EPIs possuem vida útil limitada, sofrem desgaste natural em razão do uso contínuo e, em determinadas situações, necessitam substituição imediata em razão do comprometimento de sua capacidade de proteção, inviabilizando sua reutilização.

As experiências obtidas nas contratações anteriores também evidenciaram a importância do aperfeiçoamento contínuo do planejamento da contratação, especialmente quanto à padronização de descritivos, definição de especificações técnicas compatíveis com a realidade de utilização dos servidores e análise das condições do mercado fornecedor.

Dessa forma, o presente Termo de Referência decorre da solução identificada pela Administração como a mais adequada para assegurar o atendimento das demandas municipais, garantindo a segurança e o atendimento da Norma Regulamentadora nº 06 e demais disposições legais vigentes.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

Tendo em vista o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o presente Termo de Referência (TR) resulta da solução que melhor atende às necessidades da Administração, sendo a publicação de processo licitatório para futuras *aquisições parceladas de Equipamentos de Proteção Individual para Servidores Municipais*.

Considerando a natureza do objeto, classificado como bem comum, e a existência de diversos fornecedores aptos no mercado, entende-se adequada a realização de Pregão Eletrônico, com



critério de julgamento de menor preço por item, assegurando ampla competitividade, isonomia, transparência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais eficiente para a presente contratação, considerando que a demanda pelos equipamentos possui caráter variável e parcialmente imprevisível, estando diretamente relacionada ao desgaste natural dos materiais, necessidade de substituições periódicas, ingresso de novos servidores e atendimento das diferentes rotinas operacionais desenvolvidas pelas Secretarias Municipais.

O modelo de contratação proposto permitirá que as aquisições ocorram de forma parcelada, conforme a necessidade efetiva da Administração, evitando formação excessiva de estoques, reduzindo desperdícios e promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

Além disso, o Sistema de Registro de Preços proporciona maior agilidade na reposição dos equipamentos, evita a necessidade de realização de múltiplos processos licitatórios ao longo do exercício e assegura maior flexibilidade administrativa no gerenciamento das demandas de fornecimento.

Ressalta-se, ainda, que o Município já possui experiência anterior com a utilização do Sistema de Registro de Preços para aquisição dos EPs, tendo obtido resultados satisfatórios quanto à eficiência das aquisições, celeridade administrativa e atendimento das necessidades operacionais das Secretarias Municipais.

Quanto ao prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, observar-se-á o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, sendo fixado em 12 (doze) meses, admitida prorrogação por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade dos preços registrados.

Ademais, por ocasião da eventual prorrogação da Ata, poderá ocorrer a renovação dos quantitativos originalmente registrados, observados os limites legalmente permitidos e desde que devidamente justificada a vantajosidade da medida.

A possibilidade de prorrogação da vigência da Ata e renovação dos quantitativos contribui para maior continuidade administrativa, eficiência operacional e racionalização dos custos relacionados à realização de novos procedimentos licitatórios, garantindo maior estabilidade no fornecimento dos equipamentos necessários à segurança dos servidores municipais.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



5.1. Da subcontratação

5.1.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto, devendo a empresa contratada manter integral responsabilidade pelo cumprimento das obrigações assumidas perante a Administração, inclusive aquelas decorrentes da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos contratuais dela derivados.

5.2. Da garantia da contratação

5.2.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos Art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5.3. Dos critérios de sustentabilidade

5.3.1. Considerando a natureza do objeto, não foram identificados impactos ambientais relevantes decorrentes da aquisição e fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, tampouco normas ambientais específicas que imponham condicionantes adicionais à contratação.

Ainda assim, compete ao Município observar as boas práticas ambientais durante toda a execução contratual, promovendo a destinação ambientalmente adequada dos materiais vencidos, inutilizáveis ou danificados, bem como dos resíduos gerados nas entregas, tais como caixas, embalagens, plásticos e demais materiais correlatos, observando, sempre que aplicável, os princípios da coleta seletiva, reutilização, reciclagem e descarte ambientalmente adequado.

5.4. Especificação da garantia dos materiais

5.4.1. A garantia legal seguirá o estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.4.2. O detentor de preço deverá substituir, às suas expensas, os produtos que apresentarem defeitos, vícios, divergência de especificação, incompatibilidade com o Certificado de Aprovação – CA, danos de fabricação ou qualquer inconformidade identificada pela Administração.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Das condições de execução

6.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:



6.1.2. Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da ordem de entrega emitida pela Secretaria Municipal solicitante.

6.1.3. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada, solicitado por escrito e durante o transcurso do referido prazo.

6.1.4. Fica assegurado ao Município o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações exigidas no Termo de Referência e Edital. Neste caso, o contratado fica obrigado a corrigir as irregularidades, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da comunicação da Secretaria Municipal solicitante ou Fiscal do Contrato, sem custo adicional para o Município.

6.1.5. No caso de descumprimento dos prazos determinados para a fiel execução do objeto desta contratação, poderão ser aplicadas as sanções e penalidades previstas no Edital.

6.1.6. A Contratada deverá manter, durante todo o prazo de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação compatíveis com as obrigações assumidas nesta Licitação.

6.2. DOS PRODUTOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.2.1. Todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) deverão atender às especificações descritas no quadro constante no **tópico 2** e às demais disposições do presente Termo de Referência.

6.2.2. Os produtos serão solicitados de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração e a disponibilidade orçamentária, não havendo obrigatoriedade de aquisição da totalidade dos quantitativos estimados.

6.2.3. As quantidades constantes em cada solicitação deverão ser entregues em remessa única, salvo autorização expressa da Administração.

6.2.4. Os produtos deverão ser entregues e descarregados no **Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Marau**, situado na Avenida Júlio Borella, nº 2509, Bairro São Cristóvão, Marau/RS, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h, quando serão conferidos por servidor designado quanto à conformidade com o Termo de Referência, o Edital e a Nota de Empenho.

6.2.5. No ato do recebimento, serão avaliadas as condições, quantidades e especificações dos produtos. Itens que apresentarem irregularidades, tais como más condições de conservação, divergência de especificação, características incompatíveis, quantidade incorreta, inconsistências nos Certificados de Aprovação (CA) ou qualquer outra inconformidade, serão recusados, devendo a Contratada providenciar a substituição no prazo fixado pela Administração, sem qualquer ônus adicional ao Município.

6.2.6. Não serão aceitos produtos de marcas, modelos e/ou fabricantes diferentes daqueles



constantes na proposta vencedora e na Nota de Empenho.

6.2.7. Os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais, lacrados e sem apresentar sinais de violação, danos ou quaisquer outras inconformidades.

6.2.8. Os valores propostos deverão ser considerados completos e suficientes para o fornecimento integral dos produtos e para o alcance dos resultados pretendidos, sendo desconsideradas quaisquer reivindicações de pagamentos adicionais.

6.2.9. Todos os custos referentes à entrega dos produtos serão de responsabilidade da Contratada, a qual também deverá descarregar e armazenar os produtos em local indicado pelo fiscal do contrato ou servidor designado para tal finalidade, responsabilizando-se integralmente por eventuais danos causados aos produtos, exonerando-se o Município de qualquer responsabilidade.

6.2.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o presente Termo de Referência e com o Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus exatos termos.

6.2.11. Todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e sociais serão de exclusiva responsabilidade da Contratada, assim como a responsabilidade civil e penal por eventuais danos e indenizações de qualquer espécie que venham a causar, exonerando-se integralmente o Município.

6.3. DOS CERTIFICADOS DE APROVAÇÃO

6.3.1. A Contratada deverá apresentar, no momento da entrega dos produtos, **Certificado de Aprovação (CA)** válido para todos os itens cuja descrição técnica exija referido documento, conforme especificações constantes na descrição dos itens do quadro do tópico 2 do presente Termo de Referência.

6.3.2. Os Certificados de Aprovação deverão ser emitidos pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, nos termos da Norma regulamentadora nº 06 (NR-06), devendo permanecer válidos e compatíveis com os respectivos produtos fornecidos.

6.3.3. Não serão aceitos equipamentos com Certificação de Aprovação vencido, cancelado, incompatível com o produto ofertado ou em desacordo com as especificações exigidas.

6.3.4. A apresentação do Certificado de Aprovação constitui requisito indispensável para o recebimento dos equipamentos pela Administração Municipal.

7. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. A estimativa da despesa foi realizada em conformidade com o art. 23 e com o art. 6º, inciso XXIII, alínea “i”, da Lei nº 14.133/2021, observada a metodologia constante nos autos do processo.

7.2. Para a presente contratação, optou-se pela adoção de **orçamento sigiloso**, nos termos do



Art. 24 da Lei nº 14.133/2021, visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

7.3. A não divulgação prévia do valor estimado da contratação tem por finalidade incentivar a apresentação de propostas mais competitivas, compatíveis com os preços praticados no mercado, contribuindo para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

8. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Das orientações gerais da fiscalização

8.1.1. O Contrato/Ata de Registro deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições contidas no Edital e todos os anexos fornecidos junto ao mesmo, observadas as normas contidas na Lei n.º 14.133/21, neste ponto, especialmente quanto a fiscalização da execução contratual.

8.2. Dos responsáveis pela fiscalização

8.2.1. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), conforme portaria vigente ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei n.º 14.133/21:

Gestor do contrato: Nelci Silvestri;

Fiscal administrativo: o fiscal será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo ou documento equivalente.

Fiscal administrativo suplente: o fiscal suplente será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo ou documento equivalente.

8.2.2. O(s) fiscal(is) informará (ão) a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos do art. 117, § 2.º, da Lei n.º 14.133/21.

8.2.3. O e-mail indicado, qual seja, será o principal meio de comunicação entre o fiscal do contrato e o responsável da empresa. Sendo que, através dele, serão realizadas solicitações necessárias, e, até mesmo, o envio de documentos. Assim, considerar-se-á ciente a empresa quando as solicitações forem enviadas para o endereço eletrônico informado.

9. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. O Fiscal da Ata de Registro de preços fará recebimento dos produtos nos termos do artigo 140, II, "a" e "b", da Lei 14.133/21, da seguinte forma:

a) Provisoriamente, o Fiscal receberá os produtos, para efeito de verificação da conformidade do mesmo com o solicitado no Edital;

b) Definitivamente, o Fiscal, fará o recebimento definitivo, no prazo máximo de 10 (dez) dias



consecutivos após o recebimento provisório e após a verificação da qualidade e características dos produtos entregues, e consequente aceitação.

c) na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, o fiscal informará ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis.

9.2. O recebimento do objeto pelo Município não exclui a responsabilidade civil do licitante, por vícios de quantidade ou qualidade dos produtos verificados posteriormente, garantindo-se ao Município as faculdades previstas no art. 18 e 19 da Lei nº 8.078/90.

10. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado com base no (s) preço (s) unitário (s), multiplicado (s) pela quantidade efetivamente entregue e comprovada.

10.2. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis após a entrega dos produtos, a contar do recebimento e aprovação da fatura, pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e pelo Secretário Municipal solicitante.

10.3. O licitante deverá obrigatoriamente informar nas Notas Fiscais de fatura, em local de fácil visualização, a identificação do presente Pregão Eletrônico, a fim de acelerar o trâmite de recebimento dos produtos e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

10.4. O licitante vencedor deverá emitir nota fiscal/fatura em moeda corrente do país e com a mesma razão social e o mesmo CNPJ apresentados no procedimento licitatório. A nota fiscal/fatura somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

10.5. Para o efetivo pagamento, as notas fiscais deverão estar acompanhadas dos seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Tributos Federais, Estaduais e Municipais.

b) Certificado de Regularidade perante o FGTS.

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10.5.1. Conforme legislação vigente, é assegurado ao município o direito de efetuar retenções tributárias, incluindo INSS, ISSQN e Imposto de Renda, este último conforme a Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e Decreto Municipal nº 5.823/2021.

10.6. Para fins de pagamento, o licitante vencedor deverá, no momento da entrega da nota



fiscal/fatura, informar e manter atualizado, junto à tesouraria do Município, o banco, o nº da agência e o nº da conta na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da empresa licitante.

10.7. O valor devido ao licitante vencedor, não sendo pago no prazo estabelecido, e desde que o atraso decorra de responsabilidade do Município, será corrigido segundo a variação do INPC, acumulado no período que mediar entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento.

10.8. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

10.9. O pagamento ao licitante, pela entrega dos produtos, ficará condicionado ao cumprimento das exigências dos parágrafos anteriores, o qual será afirmado mediante termo de verificação emitido pela Secretaria solicitante ou pelo fiscal do contrato.

10.10. O licitante deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

10.11. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o licitante adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o licitante ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do Município.

10.12. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso o licitante apresente, na entrega da nota fiscal de pagamento, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2012, devendo ser atualizada anualmente pelo licitante.

10.13. Enquanto o Município não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de



PIS, COFINS e CSLL.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

11.1. Da forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1.1. O licitante será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **Pregão**, com sistema de **Registro de Preço**, sob a forma **eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por item**.

11.2. Das exigências da habilitação

11.2.1. Para fins de habilitação o licitante deverá apresentar a documentação constante no item “da habilitação” do Edital, nos termos do artigo 62 da Lei 14.133/2021, e, no caso da presente contratação, os documentos informados abaixo.

11.3. Documentos relativos à habilitação jurídica:

11.3.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. A apresentação do contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, substitui a apresentação das alterações;

11.3.2. Certificado da condição de Microempreendedor individual – CCMEI, em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI;

11.3.3. Registro comercial, no caso de empresa individual;

11.3.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

11.3.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.3.6. Certidão da junta comercial, para as empresas declaradas beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, para fins de comprovação da condição de ME ou EPP pelo empresário ou pela sociedade, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta.

11.4. Documentos relativos à habilitação fiscal, social e trabalhista:

11.4.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica;



11.4.2. Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.4.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;

11.4.4. Certificado de Regularidade de Situação (FGTS-CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

11.4.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

11.5. Documentos relativos à habilitação técnica:

11.5.1. Atestado de capacidade operacional da empresa, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **de que fornece**, satisfatoriamente, objeto compatível em características com o ora licitado.

11.5.1.1. Havendo dúvida quanto à veracidade, autenticidade, autoria, integridade ou conteúdo dos documentos apresentados para fins de comprovação da qualificação técnica-operacional, especialmente quando se tratar de documentos meramente digitalizados ou escaneados, contendo assinaturas manuscritas e desacompanhados de certificação eletrônica, meio de validação ou outro elemento idôneo de confirmação, caberá ao Pregoeiro promover diligência destinada à verificação do documento e das informações nele constantes.

11.5.1.2. Para fins da diligência prevista no item anterior, o Pregoeiro poderá solicitar à licitante a apresentação de notas fiscais e/ou contratos relacionados ao objeto indicado no documento apresentado, bem como realizar diligência diretamente junto ao órgão, entidade ou pessoa jurídica emissora do documento, com a finalidade de confirmar sua autoria, autenticidade, conteúdo, a relação jurídica, a efetiva execução do objeto e a pertinência da comprovação da qualificação técnica-operacional e/ou técnico-profissional.

11.6. Documentos relativos à qualificação econômica:

11.6.1. Certidão negativa de matéria falimentar, expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou Certidão Judicial Cível Negativa, da Justiça Estadual, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta.

11.6.2. É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresente comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei nº 11.101/2005.

11.7. Outros documentos de habilitação (declarações):



11.7.1. As declarações solicitadas neste item deverão ser emitidas pelo licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ, e apresentadas **preferencialmente com assinatura eletrônica** do representante legal ou (onde deverá constar de forma expressa esta condição). O Anexo IV do Edital possui modelos das declarações solicitadas nesta licitação.

11.7.2. Declaração de Pleno Conhecimento do Edital e seus Anexos e, conseqüentemente, do objeto a ser executado e, ainda, que se sujeita a todas as condições estabelecidas;

11.7.3. Declaração de Idoneidade, de que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- a) não está declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) não está impedido de licitar e contratar com o Município de Marau;
- c) que não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no artigo 2º da Lei Municipal nº 5.188/16.

11.7.4. Declaração de Atendimento à Norma do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

11.7.5. Declaração de que o licitante atende ao disposto no art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021, cumprindo a exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.8. Da habilitação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar 123/2006.

11.8.1. O licitante que, se enquadra nos benefícios concedidos pela **LC 123/2006 (ME/EPP)**, deverá apresentar a certidão constante no item 11.3.6. deste Termo de Referência.

11.8.1.1. Caso o licitante tenha se declarado ME ou EPP e não comprove tal condição na forma disposta no item 11.3.6. deste Termo de Referência, será declarado inabilitado.

11.8.2. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão enviar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não-regularização da documentação no prazo previsto na alínea “a” deste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes



remanescentes, na ordem de classificação.

11.8.3. O licitante que se enquadra nos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, não poderá ter celebrado, no ano-calendário da realização do Processo licitatório, contratos com a Administração Pública cujos valores, somados, ultrapassem o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), condição necessária para a fruição do tratamento diferenciado assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte.

11.8.3.1. A veracidade da declaração de que trata o subitem anterior poderá ser verificada a qualquer tempo pela Administração, mediante consulta aos sistemas oficiais de controle de contratações públicas, sem prejuízo da solicitação de documentos complementares.

12. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO, VALIDADE, AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS E DOS DOCUMENTOS DA MATRIZ E FILIAL

12.1. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar em plena validade na data em que o licitante os enviar via sistema, após a convocação do Pregoeiro. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, essa será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão, exceto atestados de capacidade técnica e o comprovante de inscrição no CNPJ.

12.2. Os documentos de habilitação apresentados deverão estar no nome (razão social) e CNPJ do licitante. **Se o licitante for a matriz**, todos os documentos **deverão estar em nome da matriz**, e **se o licitante for a filial**, todos os documentos **deverão estar em nome da filial**, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.2.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica-operacional, serão admitidos atestados de capacidade técnica emitidos em nome da matriz ou da filial da pessoa jurídica licitante, desde que demonstrado que pertencem à mesma pessoa jurídica, observada a pertinência do objeto atestado com o objeto licitado e sem prejuízo da realização de diligências pelo Pregoeiro para confirmação da autenticidade, da autoria, do conteúdo e da efetiva execução dos serviços.

12.3. Os documentos elaborados pelo próprio licitante, inclusive proposta, declarações, procurações, termos e demais documentos de habilitação exigidos neste Termo de Referência, deverão ser apresentados, **preferencialmente**, com assinatura eletrônica do representante legal ou procurador do licitante, observada a Lei Federal nº 14.063/2020.



12.4. Considerando a natureza dos atestados de capacidade técnica-operacional, declarações, certidões ou documentos equivalentes destinados à comprovação da qualificação técnica do licitante, e a inexistência de prazo legal de validade, será admitida a apresentação desses documentos assinados manualmente e digitalizados.

12.5. Os documentos emitidos por órgãos ou entidades públicas, bem como por pessoas jurídicas de direito público, poderão ser aceitos quando apresentados com assinatura manual da autoridade ou servidor competente, desde que contenham elementos suficientes para identificação do emitente, do responsável pela emissão e do conteúdo certificado, sem prejuízo da possibilidade de realização de diligência para verificação de sua autenticidade.

12.6. Nenhum licitante será inabilitado exclusivamente em razão da forma de assinatura constante dos documentos apresentados para fins de habilitação, quando houver possibilidade de verificação de sua veracidade, autoria, autenticidade, conteúdo e pertinência. Nesses casos, deverão ser oportunizados os meios cabíveis de comprovação, inclusive mediante diligência do Pregoeiro, em observância aos princípios do formalismo moderado, da razoabilidade, da proporcionalidade, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

12.7. Os documentos expedidos pela internet estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pelo Pregoeiro, caso necessário.

12.8. Documento original (não digital) somente será exigido pela Administração, quando houver fundada dúvida em relação à integridade do documento digital.

12.9. Nos casos de apresentação de documento falso, o licitante estará sujeito à tipificação nos crimes de falsidade, previstos nos artigos 297 e 298 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Termo de Referência e Edital.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas e custeio do objeto desta contratação, serão subsidiadas com recursos consignados na Dotação Orçamentária indicada pela Secretaria Municipal solicitante.



14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Esclarecimentos referentes ao objeto desta contratação, poderão ser solicitados para o Setor de Licitações, através do telefone (54) 3342-9545, e pelo e-mail licitacoes@marau.rs.gov.br ou para as Secretarias participantes no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

Marau, 14 de maio de 2026.

Responsável Compras
Secretaria Municipal de Administração.

Responsável Compras
Secretaria Municipal de Saúde.

Responsável Compras
Secretaria Municipal de Educação.

Rodolfo Bebber
Responsável pela elaboração do Termo de Referência – TR.